

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 153/2022-PGJ, DE 18.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 2/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto e Luis Alberto Safraidier, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 115/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro para, sem prejuízo de suas funções, representar o Ministério Público Estadual no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC) do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE) até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 112/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, no dia 14.1.2022, a Portaria nº 5060/2021-PGJ, de 6.12.2021, que designou o Promotor de Justiça Marcos Fernandes Sisti para responder pela 45ª Promotoria de Justiça de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 98/2022-PGJ, DE 14.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2015/2020, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00000284-7).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 114/2022-PGJ, DE 18.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 3, Assep 3, no período de 24 a 28.1.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 183/2022-PGJ, DE 19.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e XLIV do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o funcionamento dos órgãos do Ministério Público Estadual quando da ocorrência de feriados nacionais, estaduais e municipais, dos pontos facultativos e dos feriados forenses, no exercício de 2022; e

CONSIDERANDO o contido na Portaria nº 16 da Secretaria da Magistratura, de 17.1.2022, publicada no Diário da Justiça nº 4.875, de 19.1.2022,

R E S O L V E :

Art. 1º No exercício de 2022, não haverá expediente no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em razão dos feriados e pontos facultativos previstos nesta Portaria:

DATA	DIA DA SEMANA	EVENTO
1º a 6 de janeiro	—	Feriado forense
7 de janeiro	sexta-feira	Transferência do feriado do Dia da Justiça de 2021
28 de fevereiro	segunda-feira	Carnaval
1º de março	terça-feira	Carnaval
2 de março	quarta-feira	Cinzas
14 de abril	quinta-feira	Semana Santa
15 de abril	sexta-feira	Semana Santa
21 de abril	quinta-feira	Tiradentes
16 de junho	quinta-feira	<i>Corpus Christi</i>
11 de agosto	quinta-feira	Instituição dos Cursos Jurídicos
7 de setembro	segunda-feira	Independência do Brasil
11 de outubro	terça-feira	Divisão do Estado
12 de outubro	quarta-feira	Nossa Senhora Aparecida
28 de outubro	sexta-feira	Dia do Servidor Público
2 de novembro	quarta-feira	Finados
15 de novembro	terça-feira	Proclamação da República
19 de dezembro	segunda-feira	Transferência do feriado do dia 8 de dezembro (Dia da Justiça)
20 a 31 de dezembro	—	Feriado forense

Parágrafo único. Não haverá expediente na comarca de Campo Grande no dia 13 de junho (segunda-feira) e no dia 26 de agosto (sexta-feira) em razão das comemorações do Dia do Padroeiro (Santo Antônio) e do aniversário da cidade, respectivamente.

Art. 2º Consideram-se pontos facultativos os dias 22 de abril (sexta-feira), 17 de junho (sexta-feira), 10 de outubro (segunda-feira) e 14 de novembro (segunda-feira), excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

Art. 3º Nos dias em que não houver expediente, o atendimento excepcional será realizado pelo Promotor de Justiça plantonista, nos termos das Resoluções nº 19/2012-PGJ e 20/2012-PGJ, ambas de 5 de junho de 2012, com suas respectivas alterações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 116/2022-PGJ, DE 18.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, no dia 14.1.2022, a Portaria nº 5472/2021-PGJ, de 17.12.2021, que designou o Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja para atuar perante a 5ª Vara do Juizado Especial Central (Unidade 2) da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 94/2022-PGJ, DE 14.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2015/2020, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00000258-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 117/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 59º Promotor de Justiça de Campo Grande, Eduardo Franco Cândia, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 8ª Vara do Juizado Especial (Unidade 2) – Justiça Itinerante – da referida Comarca no dia 13.1.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 118/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 14.1.2022, a Portaria nº 5139/2021-PGJ, de 6.12.2021, que designou o Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino para responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Bataguassu.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 119/2022-PGJ, DE 18.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 14.1.2022, a Portaria nº 5140/2021-PGJ, de 6.12.2021, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino para atuar perante a 6ª Zona Eleitoral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 96/2022-PGJ, DE 14.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2015/2020, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00000294-7).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 120/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Fabricio Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã no período de 18 a 20.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Substituto Guilherme Carlos Kotovicz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 121/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Anastácio no dia 17.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 122/2022-PGJ, DE 18.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 49ª Zona Eleitoral no dia 17.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 97/2022-PGJ, DE 14.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2015/2020, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00000291-4).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 123/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Guilherme Carlos Kotovicz, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina nos dias 13 e 14.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 124/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonca de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Zona Eleitoral nos dias 13 e 14.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 125/2022-PGJ, DE 18.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca nos dias 17 e 18.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 126/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Rio Brillhante, Alexandre Rosa Luz, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no período de 17 a 21.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 127/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 55º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabricio Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 8ª Vara do Juizado Especial (Unidade 2) – Justiça Itinerante – da referida Comarca no período de 17 a 20.1.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 149/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 2/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva e Belmires Soles Ribeiro, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 93/2022-PGJ, DE 14.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2016/2021, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00000232-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 150/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Água Clara, Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Eldorado no dia 18.1.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 152/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, a partir de 18.1.2022, as férias concedidas à Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan por meio da Portaria nº e-1562/2021-PGJ, de 30.11.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 154/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, a partir de 14.1.2022, o 1º período de férias da Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola, concedidas por meio da Portaria nº e-1333/2021-PGJ, de 5.11.2021, com redação dada pela Portaria nº e-1676/2021-PGJ, de 9.12.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 162/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, a partir de 27.1.2022, as férias regulamentares da Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto concedidas por meio da Portaria nº e-1580/2021-PGJ, de 30.11.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 163/2022-PGJ, DE 18.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias 5 (cinco) dias de compensação no período de 24 a 28.1.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 25.4 a 9.5.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 164/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior 5 (cinco) dias de compensação no período de 17 a 21.1.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 29.2 e 1º, 28 e 29.3.2020 e no período de 10 a 12.4.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 165/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1361/2021-PGJ, de 5.11.2021, que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, de forma que, onde consta: “no período de 12 a 21.1.2022”; passe a constar: “no período de 23.2 a 4.3.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 166/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 17 e 18.1.2022, referentes ao feriado forense de 29.12.2016 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 167/2022-PGJ, DE 18.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito as Portarias nº e-1324/2021-PGJ, de 5.11.2021, que concedeu ao Promotor de Justiça Substituto Guilherme Carlos Kotovicz a conversão em abono pecuniário de um terço das férias referente ao período aquisitivo 2021/2022, e nº 4561/2021-PGJ, de 18.11.2021, que indeferiu ao referido membro 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 170/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Substituto Guilherme Carlos Kotovicz 3 (três) dias de compensação no período de 18 a 20.1.2022, por sua atuação perante o Tribunal do Júri, em regime de mutirão, nos dias 25.5, 27.7 e 2.9.2021, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 171/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no período de 18 a 31.1.2022; e revogar, a partir de 18.1.2022, a Portaria nº 5265/2021-PGJ, de 8.12.2021, que designou o Promotor de Justiça de Antenor Ferreira de Rezende Neto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 172/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 18 a 31.1.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 192/2022-PGJ, DE 20.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Batayporã a partir de 21.1.2022, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 895/2021-PGJ, de 11.3.2021, na parte que designou o referido Promotor de Justiça para responder pela Promotoria de Justiça de Pedro Gomes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 193/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, a partir de 21.1.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 194/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, a partir de 1º.2.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 195/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto de Aquidauana, a partir de 1º.2.2022, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 196/2022-PGJ, DE 20.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Janaina Scopel Bonatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Porto Murtinho, a partir de 1º.2.2022, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 895/2021-PGJ, de 11.3.2021, na parte que designou o Promotor de Justiça Substituto Jean Carlos Piloneto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 197/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Porto Murtinho, a partir de 1º.2.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 211/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, a partir de 21.2.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 146/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4177/2021-PGJ, de 27.10.2021, que estabeleceu a escala de plantão dos Assessores de Procurador, Assessores Jurídicos e Técnicos I e II para o feriado forense de 17 de dezembro de 2021 a 7 de janeiro de 2022, de forma que:

- onde consta:

III. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
DATA	ASSESSORES JURÍDICOS	TÉCNICOS I OU II
18 (19h01min) e 19.12.2021 (19h)	Bruna Berto de Castro Isabela Stefanés Pacheco João Verissimo de Luna Junior	Marta Josefa da Silva

V. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ		
DATA	ASSESSORES JURÍDICOS	TÉCNICOS I OU II
30.12.2021	Thaísa Aparecida Campagna de Assis	Priscilla Nóbrega Coelho



- passe a constar:

III. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
DATA	ASSESSORES JURÍDICOS	TÉCNICOS I OU II
18 (19h01min) e 19.12.2021 (19h)	João Assis Gobbo Isabela Stefanés Pacheco João Verissimo de Luna Junior	Marta Josefa da Silva

V. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ		
DATA	ASSESSORES JURÍDICOS	TÉCNICOS I OU II
30.12.2021	Thaís Aparecida Campagna de Assis	Alessandra Katiucha da Silva Cavassa

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 173/2022-PGJ, DE 19.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4177/2021-PGJ, de 27.10.2021, que estabeleceu a escala de plantão dos Assessores de Procurador, Assessores Jurídicos e Técnicos I e II para o feriado forense de 17 de dezembro de 2021 a 7 de janeiro de 2022, na parte que designou o servidor Frederico Correa Pereira da Silva, Técnico I, no período de 17 a 19.12.2021, para atuar nas Promotorias de Justiça de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 213/2022-PGJ, DE 21.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Ricardo Alberto Longo Bezerra para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na Promotoria de Justiça de Iguatemi.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-49/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça William Marra Silva Junior, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	24.1 a 2.2.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 161/2022-PGJ, DE 18.1.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Aline Reginaldo de Souza, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença para casamento, a partir de 11.12.2021, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “a”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 185/2022-PGJ, DE 19.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Flavio Lopes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 47ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 17 a 26.1.2022, em razão de férias do servidor Patrick Arruda Santana, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 186/2022-PGJ, DE 19.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Carolina da Costa Lima Vasques, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Técnico, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Publicações no período de 17 a 26.1.2022, em razão de férias da titular, Ana Paula Leite da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 187/2022-PGJ, DE 19.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago Falcão Ricartes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Mundo Novo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 10 a 14.1.2022, em razão de licença para tratamento de saúde do servidor João Paulo Duarte, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 188/2022-PGJ, DE 19.1.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Rosa Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 7 a 25.2.2022, em razão de férias da servidora Laura Barros Azambuja, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 189/2022-PGJ, DE 19.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Bruno de Abreu Cáceres, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Redes, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 14.1.2022, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 5.526, de 8 de junho de 2020; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 190/2022-PGJ, DE 19.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Controle de Protocolo no período de 13 a 19.1.2022, em razão de licença para tratamento de saúde da titular, Marluci Dutra da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 04/2022/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII do art. 7º, o inciso IX do art. 15 e inciso I do art. 63, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e o art. 18, da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 3 de maio de 2012, alterada pela Resolução nº 006/2013/CPJ, de 28.11.2013, comunica aos **Procuradores de Justiça**, que dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos dos interessados na transferência para a **1ª Procuradoria de Justiça Criminal, Segunda Instância**.

Comunica, ainda, aos **Promotores de Justiça de entrância especial** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **promoção, pelo critério de antiguidade**, para a referida Procuradoria de Justiça. Não havendo candidatos à transferência, serão apreciados os pedidos de promoção.

Campo Grande, 21 de janeiro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 03/2022/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2021.00008969-7 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó.

Campo Grande, 20 de janeiro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 04/2022/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000157-2 - 1ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João - Assunto: Apurar a estruturação do serviço de Vigilância Sanitária do Município de Antônio João.

2) Inquérito Civil nº 06.2016.00001543-3 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de servidores pela Câmara Municipal de Pedro Gomes/MS.

3) Inquérito Civil nº 06.2017.00002167-2 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho. **Advogada: Carla Rodrigues de Santana, OAB/MS nº 11.606.**

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000970-6 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados -



Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Posto Audax Ltda -ME - Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do empreendimento Posto Audax, notadamente o respeito às normas do Código de Posturas Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Política Municipal do Meio Ambiente.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001408-6 - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a regularidade no fluxo da Central de Regulação Estadual, no tocante aos encaminhamentos de pacientes oriundos do interior do estado de Mato Grosso do Sul para assistência hospitalar e, constatar se estão sendo observadas as pactuações realizadas em Comissão Bipartite Inter setores.

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001462-0 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados.

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002788-1 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível irregularidade de ocupação de área pública, na Quadra 10, Lote 01, do Residencial Ronaldo Tenuta, nesta Capital, conforme reclamação realizada pela Associação de Moradores do Residencial Ronaldo Tenuta.

8) Inquérito Civil nº 06.2018.00003488-2 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso. (IC nº 04/2016, migrado para o sistema SAJMP).

9) Inquérito Civil nº 06.2019.00000299-4 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito. Advogados: Oswaldo Pires de Rezende, OAB/MS nº 4.241-A e outros.

10) Inquérito Civil nº 06.2019.00000419-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a regularidade dos serviços particulares prestados no Hospital Darcy João Bigaton.

11) Inquérito Civil nº 06.2019.00000445-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Energética Ponta Alta SA - Assunto: Verificar a regularidade jurídico-ambiental da Pequena Central Hidrelétrica PCH Ponte Alta, localizada em São Gabriel do Oeste/MS.

12) Inquérito Civil nº 06.2019.00000970-0 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos.

13) Inquérito Civil nº 06.2019.00001006-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na doação de imóveis na Vila Mariana em Coxim. (IC nº 17/2013, migrado para o sistema SAJMP).

Procurador do Município, Flávio Garcia da Silveira, OAB/MS nº 6.742.

14) Inquérito Civil nº 06.2019.00001452-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: TIRA'S BAR - Assunto: Apurar a observância das normas urbanísticas e ambiental por estabelecimento comercial tipo bar.

15) Inquérito Civil nº 06.2019.00001596-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Maciel Antônio Rizzo, Maciel Rizzo Empreendimentos e Participações Ltda. - Assunto: Apurar desmatamento de 3,00 hectares em área de Vegetação Ciliar Aluvial, na fazenda Conquista, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 430/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). Advogado: Arnaldo Barrenha Filho, OAB/MS nº 9.260.

16) Inquérito Civil nº 06.2020.00000050-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Bombar Ponta Porã Bar e Petiscaria EIRELI - Assunto: Apurar possível inobservância às normas urbanísticas e ambientais pelo estabelecimento comercial denominado Bom Bar localizado próximo ao número 4177 da Avenida Brasil, Ponta Porã, em razão da produção de poluição sonora decorrente de seu funcionamento.

17) Inquérito Civil nº 06.2020.00000177-3 - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: JFG Restaurante e Lanchonete Ltda. - ME - Assunto: Apurar possível ausência de acessibilidade nas calçadas e no interior do restaurante Martins, localizado na Rua José Eduardo Rolim, nº 81, bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande.

18) Inquérito Civil nº 06.2020.00000586-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara de Vereadores do Município de Bonito - Assunto: Apurar ocorrência de inconstitucionalidade na Lei Municipal nº 1.502/2018 e alteração posterior.

19) Inquérito Civil nº 06.2021.00000199-9 - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar se as Unidades de Pronto Atendimento e Centros Regionais de Saúde de Campo Grande (Unidades não hospitalares de Urgência e Emergência) possuem médicos pediatras 24 horas, todos os dias da semana.

20) Inquérito Civil nº 06.2021.00000254-3 - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande -



- Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar o atendimento de pacientes COVID intubados em Unidades de Saúde de Campo Grande/MS.
- 21) Inquérito Civil nº 06.2021.00000463-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Madeireira Melhor da Mata Ltda. - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, consistente no transporte e depósito de madeira em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, no estabelecimento comercial denominado Melhor da Mata, nesta cidade e comarca de Ivinhema/MS. **Advogado: Alex Ceolin Antonio, OAB/MS nº 20.086.**
- 22) Inquérito Civil nº 06.2021.00000472-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Federal em Ponta Porã - Requerido: CARVÃO SUL - ME - Assunto: Apurar o cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação e Operação sob nº 23/2020 pela carvoaria instalada no lote 1308 do Projeto de Assentamento Itamarati FAFI II e a ocorrência de eventual dano ambiental no desenvolvimento da atividade.
- 23) Inquérito Civil nº 06.2021.00000694-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: SOMECO S/A - Sociedade de Melhoramentos e Colonização - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente na extração de recurso mineral (arenito) em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, no imóvel descrito na matrícula nº 21.513 do Cartório de Registro Imobiliário, nesta cidade e Comarca de Ivinhema/MS.
- 24) Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001136-4 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos.
- 25) Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001180-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Maurício Helpis de Oliveira, Emerson Rodrigues de Souza e Eunice Ferreira Porto - Assunto: Averiguar supostas construções de edificações em Área de Preservação Permanente às margens do Rio Taquari e do Rio Coxim, conforme Procedimento Preparatório nº 1.21.004.000085/2020-62 recebido do Ministério Público Federal.
- 26) Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001181-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Emerson Rodrigues de Souza - Assunto: Apurar suposta construção em Área de Preservação Permanente às margens do Rio Taquari, conforme Auto de Infração n. 5480 do IMASUL, lavrado em desfavor de Emerson Rodrigues de Souza.
- 27) Inquérito Civil nº 06.2021.00001221-9 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado.
- 28) Inquérito Civil nº 06.2021.00001345-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar a validade da transposição de empregos públicos do regime jurídico celetista para cargos públicos submetidos ao regime estatutário efetuada pela Lei Municipal nº 1.449, de 12 de julho de 2010.
- 29) Inquérito Civil nº 06.2021.00000061-2** - 2ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Naviraí - Requerente: Hospital Municipal de Naviraí - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual responsabilidade pelas irregularidades noticiadas no Relatório de Vistoria nº 176/2020/MS, editado pelo CRM/MS.
- 30) Inquérito Civil nº 06.2020.00000815-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Irani Martins Vieira Silva Souza e Ricardo Aparecido Silva Souza - Assunto: Apurar a ocorrência de eventual dano ambiental na fazenda São José.
- 31) Inquérito Civil nº 06.2019.00001595-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sérgio Carvalho - Assunto: Apurar desmatamento de 8.096,55 m² em área de Vegetação Nativa Ciliar, na fazenda Monte Líbano, em Paranaíba, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 413/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).
- 32) Inquérito Civil nº 06.2018.00000785-2** - 1ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a falta de estrutura necessária ao bom funcionamento da Vigilância Sanitária do Município de Ponta Porã/MS. **Procurador do Município Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**
- 33) Inquérito Civil nº 06.2018.00000991-7** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Presidente da Câmara de Vereadores de Selvíria - Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação pela Câmara de Vereadores de Selvíria de empresa de assessoria contábil e financeira.
- 34) Inquérito Civil nº 06.2020.00001316-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de sobrepreço na aquisição do item 1 do processo licitatório 48/2020, dispensa 13/2020, contrato 123/2020, da Prefeitura de Naviraí/MS.



35) Inquérito Civil nº 06.2021.00000576-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Kátiusce Martins Nogueira - Assunto: Apurar eventual incompatibilidade de acumulação de cargos público por K.M.N, nos termos do artigo 38, inciso III, da CF, bem como possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes, nos termos da Lei 8429/92. **Advogado: José Ricardo de Assis Perina, OAB/MS nº 168.289 (Perina Advocacia).**

36) Inquérito Civil nº 06.2016.00001420-1 - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar as inconsistências e desatualização do cadastro único dos programas sociais do município de Ponta Porã. **Procurador do Município Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**

37) Inquérito Civil nº 06.2019.00001222-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar o armazenamento e utilização de agrotóxicos com data de validade vencida na Chácara São João, de propriedade de Evaldo Lozano Rodrigues, bem como apurar as condições de armazenamento do produto e ainda a situação jurídico-ambiental da propriedade com relação à conservação das áreas de reserva legal e preservação permanente, bem como o correto manejo do solo.

38) Inquérito Civil nº 06.2019.00001716-5 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Matheus Sagrado Bogaz - Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente de destruição ou danificação de floresta considerada de Preservação Permanente, na propriedade rural denominada fazenda Nossa Senhora Aparecida. **Advogado: Izolino Rodrigues Anacleto, OAB/MS nº 8.611.**

39) Inquérito Civil nº 06.2019.00001559-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento em área de vegetação nativa, possivelmente ilegal, conforme Parecer nº 421/19 do NUGEO, ocorrido na propriedade denominada "Fazenda Serena", possivelmente propriedade de "Companhia Melhoramento Norte do Paraná". **Advogados: Gastão de Souza Mesquita Filho, OAB/SP nº 195.333 e Francisco de Godoy Bueno, OAB/SP nº 257.895 (Bueno Mesquita e Advogados).**

40) Inquérito Civil nº 06.2018.00003336-1 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: SINDIJUS - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade rural denominada Clube de Campo da Associação dos Servidores de Justiça/SINDIJUS de Ribas do Rio Pardo.

41) Inquérito Civil nº 06.2020.00001103-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fazenda Tauá- Gleba H, Joseane Mary Ramos dos Santos, José Silva Ramos Junior e Lauren Mary Ramos - Assunto: Apurar eventual dano ambiental consistente em supressão vegetal sem autorização do órgão competente, na propriedade denominada "Fazenda Tauá", situada no município de Pedro Gomes. **Advogados: Wilney de Almeida Prado, OAB/SP nº 101.986 e outros (Wilney de Almeida Prado Advocacia).**

42) Inquérito Civil nº 06.2020.00001295-9 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda.

43) Inquérito Civil nº 06.2019.00000923-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ademir de Oliveira - Requerido: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Bodoquena - BODOPREV - Assunto: Apurar supostas irregularidades, em tese, praticadas pelo requerido.

Campo Grande, 21 de janeiro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**COMISSÃO ELEITORAL****AVISO Nº 001/2022/CE-PGJ**

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DE FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA NO ANO DE 2022, no uso das atribuições previstas nos artigos 1º e 16 da Resolução nº 6/2021/CPJ, de 18 de novembro de 2021, do Colégio de Procuradores de Justiça, **AVISA** aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que, no dia **21 de março de 2022 (segunda-feira)**, no período **das 9 às 17 horas será realizada a votação para a composição da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2022/2024**, no **Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça**, situado na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.

CALENDÁRIO ELEITORAL

31/1 a 4/2/2022 (das 12h às 19h)	Prazo para envio de requerimento de inscrição de candidatura à Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça
19/02/2022	Data-limite para que os candidatos se desincompatibilizem, nos termos do art. 6º, § 3º, III, da Lei Complementar nº 72/1994
22/2/2022	Publicação no DOMP da relação dos candidatos habilitados e daqueles cujo pedido de inscrição tenha sido indeferido
21/3/2022 (das 9h às 17h)	Data da eleição
22/3/2022	Entrega da lista tríplice ao Procurador-Geral de Justiça e dissolução da Comissão Eleitoral

Campo Grande, 21 de janeiro de 2022.

IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI
Procuradora de Justiça
Presidente da Comissão Eleitoral

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0007/2021/NUPIER**

O Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – NUPIER do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul torna pública a Instauração do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00004990-6, que está à disposição de quem possa interessar.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00004990-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Elaboração de banco de dados contendo material técnico-jurídico para subsidiar os trabalhos dos órgãos de execução, no tocando à temática do NUPIER/MPMS.

Campo Grande, 03 de dezembro de 2021.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça
Coordenador Adjunto do NUPIER

**EDITAL N° 0008/2021/NUPIER**

O Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – NUPIER do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul torna pública a Instauração do Procedimento de Gestão Administrativa n° 09.2021.00004992-8, que está à disposição de quem possa interessar.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento de Gestão Administrativa n° 09.2021.00004992-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Elaboração do Plano de Trabalho Geral e acompanhamento das metas a serem executadas no exercício 2021-2022.

Campo Grande, 03 de dezembro de 2021.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

Coordenador Adjunto do NUPIER

EDITAL N° 0009/2021/NUPIER

O Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – NUPIER do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul torna pública a Instauração do Procedimento de Gestão Administrativa n° 09.2021.00004994-0, que está à disposição de quem possa interessar.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento de Gestão Administrativa n° 09.2021.00004994-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Registro de representações, notícias de crime e expedientes relativos à violência contra pessoas ou grupos discriminados e/ou oitiva com a gravação de áudios/vídeos relacionados e controle dos encaminhamentos – exercício 2021.

Campo Grande, 03 de dezembro de 2021.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

Coordenador Adjunto do NUPIER

CORUMBÁ**EDITAL N°. 0001/2022/03PJ/CBA.****Autos de Procedimento Administrativo n° 09.2022.00000392-4.**

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n° 09.2022.00000392-4, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Corumbá/MS, bem como no seguinte endereço eletrônico: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Materialização das inspeções/visitas mensais, trimestrais e anual que serão realizadas no ano de 2022, abrangendo o Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado e o Estabelecimento Penal Feminino de Regime Fechado.

Corumbá/MS, 18 de janeiro de 2022.

RODRIGO CORRÊA AMARO

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0001/2022/07PJ/CBA**

Autos do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00000461-2

A 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições 09.2022.00000461-2, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.633, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar os procedimentos realizados no processo de escolha para composição de conselheiros tutelares suplentes do Conselho Tutelar de Ladário/MS para o período de 2022/2024.

Corumbá/MS, 20 de janeiro de 2022.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça, em Substituição Legal

DOURADOS**EDITAL Nº. 0001/2022/08PJ/DOS****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

O Excelentíssimo Dr. Juliano Albuquerque, titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2022, referente aos documentos da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste.

Campo Grande/MS, 14 de janeiro de 2022.

JULIANO ALBUQUERQUE
Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2022

PROVENIÊNCIA – 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS	PROCEDÊNCIA – 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
Órgão / Setor: 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS	Órgão / Setor 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse 000.001- Controle de Processos e Correspondências;	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2006	2019
Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, comunicações internas, etc.)		2006	
Classe/Subclasse 000.003- Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.)		2006	
Classe/Subclasse 000.004 - Livros de protocolo		2006	



Classe/Subclasse 000.005 - Requisições de material de consumo	2006
Classe/Subclasse 000.008 - Relatório de atividades	2006
Classe/Subclasse 000.011 - Certidões expedidas	2006
Classe/Subclasse 200.001 - Atas de reuniões	2006
Classe/Subclasse 200.003 – Livro de Registro de Documentos	2006
Classe/Subclasse 200.004 – Termos/oitivas de declarações	2006
Classe/Subclasse 200.005 – Controle de Carga de Inquéritos	2006
Classe/Subclasse 200.006 – Livro de Registro de Processos	2006
Classe/Subclasse 200.007 - Notificações	2006
Classe/Subclasse 200.009 - Cartas Precatórias	2006
Classe/Subclasse 200.011 – Ofícios requisitando diligência	2006
Classe/Subclasse 200.013 - Manifestações diversas em processos judiciais	2006
Classe/Subclasse 200.014 – Atas de visita a estabelecimentos prisionais e unidades policiais	2006
Classe/Subclasse 200.016 – Pareceres d 1ª ou 2ª instância	2006
Classe/Subclasse 200.017 – Termos de Ajustamento de Conduta	2006
Classe/Subclasse 200.038 - Recomendações	2006
Classe/Subclasse 200.039 – Recomendações em Inquérito civil ou procedimento preparatório	2006
Classe/Subclasse 200.060 – Mapa de Efetivo Carcerário	2006
Classe/Subclasse 200.061 – Grade de atualização carcerária	2006
Classe/Subclasse 200.077 – Relatórios de Diligência	2006
Classe/Subclasse 200.078 – Relatório de vistoria e inspeção em estabelecimento penal e entidades de atendimento	2006
Classe/Subclasse 200.080 – Relatório de Remessa de Documentos	2006
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Paola Reginato Pereira, Técnica II, mat. 801754-9 Data do preenchimento: 14 de janeiro de 2022	

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BATAGUASSU

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA COMARCA DE BATAGUASSU/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição à Avenida Dias Barroso, 350, nesta Cidade.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000526-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Akira Otsubo

Assunto: *Apurar eventual prática de improbidade administrativa por parte do Prefeito Municipal de Bataguassu, em razão do aumento excessivo de gastos com órgãos de imprensa que prestam serviços ao Município;*

Bataguassu, 17 de Dezembro de 2021.

Patrícia Almirão Padovan - Promotora de Justiça

Bataguassu, 17 de dezembro de 2021

PATRÍCIA ALMIRÃO PADOVAN

Promotora de Justiça



A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA COMARCA DE BATAGUASSU/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição à Avenida Dias Barroso, 350, nesta Cidade.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000525-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Akira Otsubo

Assunto: *Apurar eventual prática de improbidade administrativa por parte do Prefeito Municipal de Bataguassu, em razão do aumento injustificável de cargos comissionados;*

Bataguassu, 17 de Dezembro de 2021.

PATRÍCIA ALMIRÃO PADOVAN

Promotora de Justiça

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0001/2022/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Inquérito Civil Público nº 06.2021.00001442-8, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2021.00001442-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Cassilândia-MS

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Cassilândia na regularização da estrada vicinal "Morro da Mangava".

Cassilândia-MS, 19 de janeiro de 2022

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça em substituição legal

NOVA ANDRADINA

EDITAL Nº 0001/2022/3PJNA

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2022/3PJNA, referente aos documentos da 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida a 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação desde Edital.

Nova Andradina/MS, 19 de janeiro de 2022.

FABRÍCIO SECAFEN MINGATI

Promotor de Justiça



LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0001/2022/3PJNA

PROVENIÊNCIA – (órgão produtor)	PROCEDÊNCIA – (órgão responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA	Órgão / Setor: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse – 200-050 – Notícia de fato – 2014 a 2016 Números: 001/2012, 002/2012, 003/2012, 004/2012, 005/2012, 006/2012, 007/2012, 008/2012, 009/2012, 010/2012, 011/2012, 012/2012, 013/2012, 014/2012, 015/2012, 016/2012, 017/2012, 018/2012, 019/2012, 01/2013, 02/2013, 03/2013, 04/2013, 05/2013, 06/2013, 07/2013, 08/2013, 09/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 13/2013, 14/2013, 15/2013 16/2013, 17/2013, 18/2013, 01/2014, 02/2014, 03/2014, 04/2014, 05/2014, 06/2014, 07/2014, 08/2014, 09/2014, 10/2014, 11/2014, 12/2014, 01/2015, 02/2015, 03/2015, 04/2015, 05/2015, 06/2015, 01.2015.00000094-7.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2014	Exercício 2016
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.001- Controle de Andamento de Processo -e Correspondências;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2019	Exercício 2020
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, comunicações internas, etc);		Exercício 2019	Exercício 2020
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.003- Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.);		Exercício 2019	Exercício 2020
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.004-Termos/oitivas de declarações;		Exercício 2019	Exercício 2020
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.005-Controle de carga de inquéritos;		Exercício 2019	Exercício 2020
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.012- Atas de audiências diversas;		Exercício 2019	Exercício 2020
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.015- Comunicações de flagrante (cópia);		Exercício 2020	Exercício 2020
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.047- Relatórios de visita, fiscalização de órgãos, estabelecimentos, entidades de interesse social e fundações		2019	2020
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.053- Laudos de perícia		Exercício 2018	Exercício 2019
A Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2022/3PJNA, foi aprovada pelo Promotor de Justiça, Dr. Fabrício Secafen Mingati			
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Gissela Mie Kobayashi Trachta – Técnico II			
Data do preenchimento: Nova Andradina, 19 de janeiro de 2022.			



PONTA PORÃ

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0005/2022/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 07/12/2021, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Evaldo Lozano Rodrigues, proprietário do imóvel rural denominado Chácara São João, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2019.00001222-6, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 20 de janeiro de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0001/2022/PJ/ACL**Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta(TAC)**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 0015/2021/PJ/ACL nos autos do Inquérito Civil abaixo relacionado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet pelo endereço <<https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, Água Clara/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003336-1

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: SINDIJUS - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Regularização jurídico-ambiental da área de preservação permanente localizada no Clube de Campo da Associação dos Servidores de Justiça/SINDIJUS de Ribas do Rio Pardo.

Conteúdo do TAC: "Apresentar um PRADA - Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente (Cláusula Terceira, "a"). A título de indenização ambiental o compromissário compromete-se a doar a soma de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Ribas do Rio Pardo (Cláusula Quinta). O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independentemente de notificação, no pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFERMS (Cláusula Sexta). Averbar este TAC na matrícula do imóvel, bem com informá-lo ao órgão ambiental junto ao Cadastro Ambiental Rural a ser inscrito (Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Segunda)"

Água Clara/MS, 20 de janeiro de 2022.

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça

EDITAL N. 0002/2022/PJ/ACL**Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta(TAC)**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 0017/2021/PJ/ACL nos autos do Inquérito Civil abaixo relacionado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet pelo endereço <<https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, Água Clara/MS.



Inquérito Civil nº 06.2019.00001716-5

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Matheus Sagrado Bogaz

Objeto: Regularização jurídico-ambiental da área de preservação permanente localizada na Fazenda Aparecida

III.

Conteúdo do TAC: "Apresentar um PRADA Projeto de Recuperação de Áreas

Degradadas e Alteradas ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente (Cláusula Terceira, "a"). Promover o início do isolamento da área de reserva legal na parte em que necessite de recuperação (para que forme o mínimo de 20% do tamanho do imóvel) (Cláusula Terceira, "b"). Promover o início do isolamento da área das áreas de preservação permanente e áreas de uso restrito na parte em que necessite de recuperação (Cláusula Terceira, "c"). Promover o início do isolamento da área das áreas objeto do Auto de Infração n. 21879 (fls. 09), mediante instalação de cerca (Cláusula Terceira, "d"). A título de indenização ambiental os compromissários comprometem-se a doar a soma de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), parcelados em 04 (quatro) vezes, ao Conselho Comunitário de Segurança de Água Clara/MS, CNPJ 16.713.003/0001-02, Banco Bradesco, Agência 1176-2, Conta Corrente 11531-2 (Cláusula Sétima). O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independentemente de notificação, pagamento de multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) (Cláusula

Oitava). Averbar este TAC na matrícula do imóvel, bem com informa-lo ao órgão ambiental junto ao Cadastro Ambiental Rural a ser inscrito (Cláusula Décima Terceira, Parágrafo Segunda)".

Água Clara/MS, 20 de janeiro de 2022.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0003/2022/PJ/ACL

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta(TAC)

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 0001/2021/PJ/ACL nos autos do Inquérito Civil abaixo relacionado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet pelo endereço <<https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, Água Clara/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001559-0

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Iaguara Agropecuária S/A

Objeto: Regularização jurídico-ambiental do desmatamento ocorrido na Fazenda Serena.

Conteúdo do TAC: "O compromissário deverá retificar o CAR do imóvel, para acréscimo de uma área adicional de 4,25 hectares à Reserva Legal já existente e requerer a aprovação do IMASUL (Cláusula Primeira). A COMPROMISSÁRIA se compromete a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental (Cláusula Segunda). A título de indenização ambiental o compromissário compromete-se a doar a soma de R\$

8.500 (oito mil e quinhentos reais), ao Conselho Comunitário de Segurança de Água Clara/MS, CNPJ 16.713.003/0001-02, Banco Bradesco, Agência 1176-2, Conta Corrente 11531-2 (Cláusula Quarta). O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independentemente de notificação, no pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFERMS, (Cláusula Quinta)".

Água Clara/MS, 20 de janeiro de 2022.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça



RIO NEGRO

EDITAL Nº 0001/2022/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001420-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Tania Bernardes de Oliveira Melo

Assunto: “Apurar desmatamento de 1,79 hectares em área declarada como reserva legal e área consolidada, na Fazenda Pirizal, Estância Karina, Pontal e São José, em Rio Negro-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 125/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”

Rio Negro, 20 de janeiro de 2022.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0002/2022/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001417-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Júlio Inácio Correia

Assunto: “Apurar atividade de cascalheira e erosão em Área de Preservação Permanente, na Fazenda São Marcos do Riacho Fundo, em Corguinho-MS, sem autorização ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 185/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 036/3º GPMA/ 1º PEL/ 3ª CIA/BPMA/ CPE/ 2021”.

Rio Negro/MS, 20 de janeiro de 2022.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça